

30º aniversário da grafia “oficial” do crioulo guineense

Luigi Scantamburlo¹

Resumo

O artigo lembra o período quando a Direção Geral da Cultura, em 1987, publicou um documento que indicava a maneira de escrever o crioulo guineense. Foi um sinal de interesse das instituições do Estado guineense para o desenvolvimento da língua nacional, o crioulo guineense, meio privilegiado, depois da Independência de 1974, de comunicação entre os trinta povos da Guiné-Bissau. O autor, estudioso do crioulo guineense desde 1975, tem analisado algumas mudanças fonológicas ocorridas nestes últimos anos, quando o crioulo guineense, língua materna dos habitantes das praças (cidades), tem sido a língua de comunicação da camada estudantil proveniente de trinta grupos étnicos, obrigada a escolher uma língua comum e de fácil aprendizagem, em consequência do falhanço da língua portuguesa em cumprir esta tarefa. A evolução do sistema fonológico do crioulo guineense está bem documentada: foram acrescentados novos fonemas, sobretudo pela necessidade de desambiguar algumas palavras, como no caso da palavra “*beju*” (em português “beijo”) e da palavra “*bedju*” (em português “velho”). Há também as palavras “*kanja*” (em português “canja”) e “*kandja*” (equivalente ao português “fruto do quiabeiro”), e as palavras “*andju*” (português “anjo”) e “*anju*” (equivalente ao português “criança pequena”). No final do artigo é apresentada a grafia utilizada no Projecto de Ensino Bilingue nas Ilhas Bijagós e em Catió.

Palavras-chave

crioulo guineense; grafia do crioulo guineense; importância da escrita; unidade nacional; escrita e modernidade.

Manuscrito submetido a 31 de março de 2017
Aceite a 3 de agosto de 2017

¹ Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento do Arquipélago de Bijagós (FASPEBI); Projeto de Apoio ao Ensino Bilingue Bijagós (PAEBB) | scantamburlol@hotmail.com

*30º aniversariu di grafia “ofisial” di kriol di Guine*²

Luigi Scantamburlo

Rusumu

Es artigu ta pui alguin lembra kil tempu ki Direson Jeral di Kultura, na anu di 1987, ora ki publika un dukumentu ki ta sinaba manera di skirbi lingu di kriol guinensi. Kila i seduba un sinal di kuma instituson di stadu guinensi sta interesadu na dizinvolvi lingu di pais, ki sedu kriol. Dipus di indipendensia di anu di 1974, kriol guinensi sedu lingu di kumunikason mas komun entri trinta rasa di Guine-Bisau. Autor di es artigu, ki kunsa studa kriol dedi anu di 1975, i analiza alterasons fonolojiku ki akontisi na e ultimus anu ora ki kriol sedu lingu maternu di manga di djintis di prasa, i sedu tan lingu di kumunikason di studentis di trinta etnia. E studentis kudji un lingu komun pa i pudi kumpri kil funson ki lingu portuguis ka tchiga di kumpri. Ivuluson di sistema fonolojiku di kriol sta ben dukumentadu. Nobu fonemas ientrandadu pabia di nesesidadi di distingui utru palavra, suma “beju” (na portuguis “*beijo*”) ku “bedju” (na portuguis “*velho*”). I ten tan utru suma “kanja” (na portuguis “*canja*”) ku “kandja” (na portuguis “*fruto do quiabeiro*”), palavra “andju” (na portuguis “*anjo*”) ku “anju” (na portuguis “*criança pequena*”). Na kabantada di es artigu i pursentadu un grafia ki ta utilizadu na *Projecto de Ensino Bilingue* na Arkipelagu Bijugu ku na Catio.

Nomi-tchabi

kriol guinensi; grafia/manera di skirbi na kriol; importansia di skritura; unidadi nasional; relason entri skritura ku modernidadi.

² Nota de edição: A ortografia do kriol segue o modelo proposto por Scantamburlo (2002) na obra *Dicionário do Guineense. Dicionário Guineense-Português, Disionariu Guinensi-Purtuguis*, 2º volume, editado em Bissau pelas Edições FASPEBI, e na tese de doutoramento de Scantamburlo (2013), *O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português: o Ensino Bilingue Português-Crioulo Guineense*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (mimeografado).

O documento “Propostas de uniformização da escrita do crioulo”, editado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto em 1987 (pp. 1-7), foi uma tentativa louvável de oficialização da escrita do crioulo guineense. O subtítulo deste documento, mimeografado, dizia: “*Ntindimentu ku ocadu pa skirbi kiriol di un manera son*” (em português: “Acordo encontrado para escrever o crioulo da mesma maneira”): foi um grande passo em frente que tem ajudado sobretudo os alunos de algumas escolas primárias experimentais e dos cursos de alfabetização de adultos.

Mas depois de trinta anos, face ao novo sistema fonológico do crioulo guineense, não seria necessário um novo documento que respeite essa evolução? Não interessa a ninguém o desenvolvimento do crioulo guineense, língua nacional que muito tem contribuído para a formação da nação guineense e precioso arquivo de valores e de saberes endógenos dos vários povos que conviveram com os comerciantes europeus dos séculos XVI-XVIII? Não diz nada a ninguém a situação do Estado da Guiné-Bissau que encontra dificuldades de diálogo entre as forças políticas? Não está faltando uma linguagem comum e sobretudo não estão ausentes a língua e a cultura crioulas, produtos e produtoras da vivência entre os trinta povos, responsáveis pela salvaguarda do próprio território frente às ameaças da ocupação colonial? Ninguém está preocupado com a situação dos nossos estudantes com diploma de décimo segundo ano que ainda não aprenderam a escrever, sem erros ortográficos ou sintáticos, uma carta em português? Para quando a vontade de escutar os estudiosos do ensino bilíngue que afirmam que a língua materna ou uma língua conhecida são o suporte necessário para a aprendizagem de uma nova língua?

São perguntas legítimas sobretudo quando feitas por estudiosos do crioulo guineense que têm refletido sobre a importância desta língua nacional para a unidade, o desenvolvimento e a passagem à modernidade da República da Guiné-Bissau.

Evolução do sistema fonológico do crioulo guineense

A evolução do sistema fonológico do crioulo guineense está bem documentada: foram acrescentados novos fonemas sobretudo pela necessidade de desambiguar algumas palavras, como no caso da palavra “*beju*” (em português “beijo”) e da palavra “*bedju*” (em português “velho”) (Scantamburlo, 1999, p. 129). Há também as palavras “*kanja*” (em português “canja”) e “*kandja*” (equivalente do português “fruto do quiabeiro”), e as palavras “*andju*” (Português “anjo”) e “*anju*” (equivalente do português “criança pequena”).

É de salientar que em julho de 1975, durante a minha aprendizagem da língua crioula em Bafatá, a segunda cidade da Guiné-Bissau, com cerca de 20.000 habitantes, a maioria dos quais falava a língua crioula como língua materna, tinha encon-

trado uma só palavra que comprovava a presença do fonema /ʒ/, fricativa pré-palatal sonora. Acho que, talvez, foi por isso que os outros estudiosos do crioulo guineense, como Pinto Bull (1975, 1989), Chérif Mbodj (1979), Artur Biasutti (1982, p. xvi; 1987, p. xviii), Jean-Louis Rougé (1988, p. 155), etc., não julgaram pertinente esse único exemplo do fonema /ʒ/ para ser aceite como parte do sistema fonológico do crioulo guineense.

Porém, durante as minhas pesquisas encontrei outras palavras que tinham mantido a mesma realização fonética do português, o que confirmava a evolução do sistema fonológico do crioulo guineense. Entre as numerosas formas encontradas para analisar o novo sistema fonológico do crioulo guineense, eis a listagem de outras vinte palavras:

- “*ajenda*” (em português “agenda”)
- “*ajuleju*” (em português “azulejo”)
- “*galoja*” (em português “galocha”)
- “*igreja*” (em português “igreja”)
- “*intelijensia*” (em português “inteligência”)
- “*janeru*” (em português “janeiro”)
- “*jatu*” (em português “jacto”)
- “*jeston*” (em português “gestão”)
- “*joia*” (em português “joia”)
- “*joven*” (em português “jovem”)
- “*keju*” (em português “queijo”)
- “*korajen*” (em português “coragem”)
- “*loja*” (em português “loja”)
- “*mensajen*” (em português “mensagem”)
- “*nveja*” (em português “inveja”)
- “*orijen*” (em português “origem”)
- “*pajina*” (em português “página”)
- “*rijon*” (em português “região”)
- “*vanjeliu*” (em português “evangelho”)
- “*virjen*” (em português “virgem”)

O crioulo guineense tem acrescentado ao seu sistema fonológico também outros três fonemas, como consequência de novos empréstimos de palavras da língua portuguesa: a fricativa alveolar sonora /z/, presente na palavra “*zinca*” (em português “zincar”), a fricativa pré-palatal surda /ʃ/, presente na palavra “*cha*” (em português “chá”) e o duplo fonema oclusiva velar surda + fricativa velar surda /ks/, presente na palavra “*fixa*”, que em português traduz “fixar” (Scantamburlo, 1999, p. 129).

Para resolver esta lacuna, nos dias 26-27 de janeiro de 1998, a então Ministra de Educação Nacional, Odete Semedo, convidou os representantes de vários Departamentos do Ministério de Educação Nacional, das organizações não governamentais

e da sociedade civil, para uma reflexão sobre a grafia do crioulo guineense. O objetivo deste seminário era ouvir opiniões e recolher sugestões para preparar um documento a apresentar à Assembleia Nacional a fim de definir uma nova grafia oficial do crioulo guineense. O linguista Chérif Mbodj foi o especialista convidado para coordenar os trabalhos dos vários grupos.

Foi distribuído um documento mimeografado intitulado “Alfabetização e Educação de Adultos na Guiné-Bissau (D.S.A.E.A.)”, que explicava a situação de analfabetismo existente ainda no país (78% de homens e 85,5% de mulheres) e a criação, depois da Independência, da Direção de Serviço de Alfabetização e Educação de Adultos, para promover e organizar ações de alfabetização e educação de adultos. O documento admitiu também falhas no plano técnico:

a alfabetização era feita em língua portuguesa, segunda e até terceira língua da população; ela foi feita sem um estudo sociocultural prévio ou seja, ignoraram-se as necessidades da população; não houve seguimento qualificado e regular, a população beneficiária não foi sensibilizada (Ministério da Educação Nacional, 1998, p. 2).

Durante o seminário, além da grafia do crioulo guineense, foi abordada também a necessidade de continuar o estudo das quatro línguas nacionais consideradas então prioritárias, crioulo, fula, balanta e mandinga, porque já o professor Paulo Freire, durante a sua visita à Guiné em setembro de 1975 (1978, pp. 9, 139) para impulsionar a campanha de alfabetização, com a sua equipa do Instituto de Ação Cultural (IDAC), tinha alertado “as autoridades competentes para o sucesso ‘limitado’ que teria a campanha, dado o método ser aplicado numa língua não materna” (Ministério da Educação Nacional, 1998, p. 2).

Infelizmente, todas estas propostas não tiveram seguimento, porque a guerra civil de 7 de junho de 1998 parou muitas das iniciativas e a ministra Odete Semedo foi afastada do Ministério de Educação Nacional com a derrota do Presidente Nino Vieira em 1999.

Com a criação do Governo de Transição para preparar as novas eleições políticas, a Comunidade Europeia retomou a ajuda financeira e o Projeto de Ensino Bilingue nas Ilhas Bijagós (PAEBB), que tinha sido já aprovado antes dos acontecimentos de 7 de junho, teve a possibilidade de arrancar as atividades.

Encorajado pelas sugestões saídas durante o seminário de janeiro de 1998 sobre a grafia do crioulo guineense, no *Dicionário do Guineense*, primeiro volume, *Introdução e Notas Gramaticais*, publicado pela editora Colibri na véspera do início do Projeto de Ensino Bilingue nas Ilhas Bijagós, fiz esta recomendação:

Para o Guineense poder ser uma língua verdadeiramente nacional e capaz de enfrentar todas as necessidades de comunicação e de escrita, é preciso incluir no seu sistema gráfico, sem medo algum porque os lo-

cutores utilizam-nas nos seus falares comuns, as cinco consoantes até agora esquecidas: as quatro fricativas e a líquida lateral (Scantamburlo, 1999, p. 125).

Eis os cinco fonemas que compreendem quatro fricativas e uma líquida lateral:

Tabela 1 – Cinco novos fonemas e relativos exemplos.

Consoantes	Fonema	Grafia	Exemplo
fricativa sonora alveolar	/z/	z	zinka,vb.
fricativa surda pré-palatal	/ʃ/	ch	cha, n.
fricativa sonora pré-palatal	/ʒ/	j	beju, n.
fricativa surda velar	/χ/	x	fixa, vb.
líquida lateral palatal	/ʎ/	li	vanjeliu, n.

A importância da escrita para a evolução de uma língua

Com a publicação do *Dicionário do Guineense*, 1º v.: *Introdução e Notas Gramaticais* (Scantamburlo, 1999) e do *Dicionário do Guineense*, 2º v.: *Dicionário Guineense-Português, Disionariu Guinensi-Purtuguis* (Scantamburlo, 2002) o crioulo guineense possui, de facto, dois instrumentos importantes para alcançar o estatuto de língua escrita.

O objetivo fundamental destas duas obras, apesar de não serem exaustivas, foi o de cristalizar, na escrita, um conjunto de vocábulos e de regras gramaticais, inclusive as regras lexicais, como ponto de partida para outras pesquisas semelhantes, porque só por meio da escrita e da normalização seria possível ao crioulo guineense atingir uma autonomia e estar apto a ser utilizado como língua de ensino.

É de lembrar aqui o que aconteceu na Europa na época do Renascimento nos séculos XIV-XVI: a passagem para a escrita das línguas da Europa, naquela altura chamadas “vulgares” comparadas com o latim, não foi automática, mas foi possível através de um conjunto de circunstâncias, entre as quais a presença dos escritores que tiveram a coragem de editar textos literários na “língua vulgar”.

Hazael-Massieux escreve ainda:

As línguas românicas começaram a desenvolver-se a partir do reconhecimento da sua existência. Isso está acontecendo com os crioulos e deverá continuar nos anos futuros, no caso de não serem depreciados ou rejeitados como línguas indignas (1994, p. 15).

A língua é um património coletivo, e cada locutor tem uma competência passiva (ou compreensão de enunciados) e uma competência ativa (ou produção de enunciados): sabemos por experiência que a competência passiva é muito maior que a

competência ativa e a história das línguas tem demonstrado também que as línguas escritas estão melhor equipadas para competir e sobreviver do que as línguas não escritas (Selig, 1993; Bernardelli & Pellerey, 2002). Por meio da escrita, os vocábulos não desaparecem juntamente com os seus locutores, pois ficam gravados no papel e na memória comum e podem ser retomados por outros falantes, caso o acharem útil.

Falando da passagem do oral para o escrito das línguas românicas, Maria Selig escreve: “Só a escrita concretiza a palavra de modo estável e fixo, enquanto a oralidade não escapa às mudanças dos tempos. Só a escrita permite ser relida” (1993, p. 12).

Isso não significa afirmar a superioridade das línguas escritas sobre as línguas orais no que diz respeito à capacidade comunicativa, mas sublinhar que é apenas por meio da escrita que os locutores de uma língua

poderão aproveitar-se da possibilidade de uma programação mais adequada para elaborar estruturas linguísticas e textuais mais completas, poderão utilizar a estabilidade gráfica para tornar mais fortes as normas linguísticas e servir-se da recolha de informações para aumentar os próprios conhecimentos (Selig, 1993, p. 13).

O poder da escrita na emergência da modernidade e da ciência

Jack Goody escreve: “O movimento em direção à ‘ciência’ teve muito a ver com os usos da própria escrita e, igualmente, com a aparição dos especialistas, dos ‘sábios’ que ela própria encorajara” (Goody, 1994, p. 88). De facto, a escrita permite transmitir o conhecimento de uma maneira estável e cumulativa: assim está aberto o campo à reflexão, à discussão e sobretudo à acumulação do saber. Foi o que aconteceu nas sociedades ditas modernas, as quais, por meio da escrita, tiveram a oportunidade de criar uma tradição científica. As culturas orais não têm capacidade como as culturas escritas de acumular os dados objetivamente e sem variação, as duas condições indispensáveis para detetar regularidades e definir as leis da natureza. De facto, as escritas ficam e as palavras voam.

Isso não significa dizer que as sociedades de tradição oral não têm a capacidade de reflexão crítica, mas afirmar que essas sociedades não têm as ferramentas, como aquelas disponibilizadas pela escrita, que permitem gravar os conhecimentos e os saberes para ulteriores análises e, às vezes, para novas descobertas.

O alfabeto fonético permite escrever a frase pronunciada numa cadeia contínua e a palavra permanecer na página escrita: desta maneira o pensamento pode ser fixado como um objeto e analisado em todas as suas partes e significados. Por meio do

alfabeto, a língua escrita é como um objeto, o objeto falado distinto e separado do sujeito que fala. Assim o sujeito pode conhecer melhor o objeto criado por meio da escrita, porque esse objeto pode ser examinado nas suas componentes de sons, frases, textos e conteúdos.

É também o nascimento de uma nova maneira de legislar e de refletir sobre as leis, e uma maior habilidade para “explicitar o que é implícito”.

Goody & Watt escrevem:

O que a escrita tem favorecido é explicitar o que é implícito, o que permite à sociedade a possibilidade de ampliar as suas maneiras de agir, seja porque as contradições não evidentes tornam-se evidentes, obrigando os indivíduos a buscar novas soluções (ou também novas contradições), seja porque surgem relações e passagens mais exatas e definidas [...]; assim essas novas formas de agregação tornam-se mais firmes numa sociedade mais complexa e, às vezes, mais anónima (1963, p. 204).

É sobretudo na maneira de pensar a história que assistimos a uma nova reflexão, entre o método histórico de Heródoto, cujas histórias, nem sempre escolhidas criticamente, eram escritas para serem proclamadas oralmente e imitavam ainda o género literário épico, e o novo método de Tucídides, mais crítico, que utilizava o cruzamento de dados e fontes diferentes, cujas histórias eram escritas para um grupo mais amplo de pessoas no presente e no futuro.

Agora, por meio da escrita os documentos históricos não podem ser mudados ou mesmo ignorados. Nasce assim um novo sentido da história, porque as pessoas têm instrumentos, “os documentos gravados por meio da escrita”, para confrontar listagens e tabelas como testemunhos do passado.

Jack Goody e Ian Watt analisaram esses dois períodos da sociedade, o período da cultura da oralidade e o da nova cultura da escrita. Para eles é como se existissem dois mundos diferentes e separados, às vezes em conflito: o mundo da oralidade que é gerador de mitos, onde os documentos são tratados com a mentalidade e em função do presente, e o mundo da escrita, onde os feitos podem ser arquivados para futuras análises e reflexões ou como testemunhos para as gerações futuras.

Acontece que nas sociedades da cultura da oralidade, o mesmo conteúdo de transmissão oral de feitos ou de genealogias é modificado e atualizado em função do poder dos novos grupos para garantir o equilíbrio e evitar conflitos. Um caso interessante apresentado pelos dois estudiosos é o exemplo do povo Tiv, da Nigéria, cuja transmissão oral das genealogias estava sujeita a mudanças que refletiam as novas relações de poder nos grupos: quando a autoridade administrativa inglesa, que tinha a documentação escrita de tais genealogias, as utilizava para resolver as frequentes queixas entre os grupos étnicos, tais tabelas escritas nem sempre eram aceites pelo povo Tiv, que as considerava desatualizadas (Goody & Watt, 1963).

Papel e lugar das línguas na integração nacional

Nos países plurilingues da África há sempre um grande debate sobre a língua ou as línguas a serem escolhidas como línguas oficiais: muitas das vezes passam anos para encontrar uma solução adequada. Conforme Ibrahima Diallo referindo-se ao contexto da Guiné-Bissau, “há situações em que a pergunta nunca obteve resposta: o nosso país encontra-se nesta última categoria” (Diallo, 2007, p. 21).

Uma das causas desta falta de decisões é o medo de prejudicar a unidade nacional: por isso na maioria dos casos é escolhida uma língua exógena,

pensando assim que o monolingüismo é sinónimo de unidade nacional e o plurilingüismo, um ‘inimigo’ desta unidade... este ‘fantasma’ parece continuar a pairar ainda na mente de alguns dos nossos concidadãos, ao ponto de ‘instituir’ aulas ‘especiais’ de língua portuguesa aos representantes do povo, numa instituição onde esta língua nem sequer é utilizada nas discussões e debates dos diplomas que vão reger os destinos do povo; quando por outro lado, faltam professores desta língua, nos estabelecimentos de formação de professores, sem falar dos outros níveis do nosso sistema escolar (Diallo, 2007, p. 21).

Na Guiné-Bissau o multilingüismo é uma realidade e esta realidade deve ser encarada como uma riqueza e não como uma ameaça à unidade nacional. Além disso o multilingüismo, se bem gerido, garante aos cidadãos o direito linguístico, que foi reconhecido como um dos direitos fundamentais no Artigo 29 da Declaração Universal de Direitos Linguísticos (Scantamburlo, 2002, p. 40).

Ibrahima Diallo escreve:

Aliás, sobre esta questão, costuma-se dizer que a cultura é a alma e os pulmões dos povos: ora, é por via da língua que esta cultura se transmite, dito de outra forma: a língua é o único suporte natural do pensamento e da cultura, pelo que a observância deste facto nas políticas nacionais de desenvolvimento é um requisito indispensável para a efectivação de uma integração nacional harmoniosa (2007, p. 22).

Lino Bicari, assessor para o Ensino Básico Complementar no então Comissariado de Estado da Educação Nacional (CEEN) e combatente durante a Luta de Libertação, já em 1980 escreveu, na sua *Introdução à Gramática e Dicionário da Língua Criol da Guiné-Bissau* (GCr):

É verdade que etnograficamente a Guiné-Bissau é um conjunto de povos e cada um com a sua própria língua de origem, mas com a Luta de Libertação Nacional os cerca de trinta povos de Guiné começaram a sentir-se um só Povo que, por exigência de luta unitária, escolheu uma língua, o ‘Criol’, a língua que nasceu com a colonização mas que se transformou em ‘Língua de Libertação’ (Scantamburlo, 1981, p. 5).

Carlos Lopes no seu livro *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau* alertou que é necessário: “Colocar o crioulo no seu respectivo lugar, que tem necessariamente de ser o de destaque, pois tarde ou cedo terá de ser a língua principal de ensino” (1988, p. 243).

É interessante citar aqui um artigo de Pierre Boisselet, publicado na revista *Jeune Afrique* em 2010, “Aprende-se e ensina-se melhor com as línguas nacionais”, que apresenta uma comparação entre os resultados do ensino bilingue e do ensino em francês no Burkina Faso:

Somos o único continente do mundo onde existe o maior número de crianças que são educadas em língua estrangeira. Essa é a situação lamentável apresentada durante a Conferência dos Ministros da Educação sobre o tema “Integração das Línguas e Culturas Africanas na Educação”, que teve lugar em Ouagadougou (20-22 de janeiro de 2010).

Cinquenta anos após a Independência, as línguas europeias continuam a ser dominadoras na maioria das escolas públicas da África, o que poderá pôr em risco o desenvolvimento do nosso continente, e que certamente está a ser um entrave ao ensino-aprendizagem.

No Burkina Faso, onde está em curso uma experiência desde 1998, 70-90% dos alunos que iniciaram as suas aulas em língua mooré, diola ou fula (as principais línguas do País) conseguiram obter o certificado da escola primária, enquanto que a mesma percentagem não supera o 60% nas escolas “clássicas”, as escolas onde o ensino é somente em língua francesa.

“Constatou-se que os habitantes das aldeias, ou seja os camponeses que atingiram esse nível de escolaridade de ensino-aprendizagem em língua materna, conseguem ser mais produtivos, em geral, dos que aprenderam em língua estrangeira” - afirmou Ahlin Byll Cataria, Secretário Executivo da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA). - “No sistema atual de ensino-aprendizagem, as escolas tentam ensinar às populações uma língua estrangeira e ao mesmo tempo essa língua é utilizada na transmissão de conhecimentos e de tecnologias. Há o perigo de fracassar em ambos os setores”.

Enquanto a maioria dos Estados parecem estarem prontos a melhorar (26 países participaram na Conferência), as dificuldades são muitas. Num continente onde está presente um terço das línguas do mundo inteiro, para instruir cada criança na sua língua materna precisa-se de uma organização muito complexa. Há também ainda muitos países – especialmente os das cidades – que pensam que aprender línguas estrangeiras abre mais possibilidades. Porém, como afirmou Ahil Byll Cataria, “há estudos que têm demonstrado que o nível do francês é

mais alto nas escolas bilingues do que nas escolas clássicas, onde os alunos aprendem somente em francês (Boisselet, 2010).

A independência da Guiné-Bissau e a valorização do crioulo guineense

Depois da Independência em 1974, o crioulo guineense, apesar do pouco valor enquanto “língua” que lhe foi reconhecido pelas autoridades oficiais durante o tempo colonial (Bull, 1989, p. 22), começava a ser falado abertamente também na capital, Bissau, e a encontrar a abertura suficiente que veio a permitir o início da edição de livros em língua crioula. Isto foi possível não somente devido ao novo clima político e ideológico vigente, mas também ao golpe de Estado em 1980 e às novas gerações de quadros e de cooperantes vindos de diferentes países europeus, cujos princípios de respeito pelas culturas e línguas locais eram ideias bem consolidadas.

Desde o primeiro dicionário “de 5.420 vocábulos crioulos da Costa da Guiné”, publicado por Marcelino Marques de Barros na *Revista Lusitana* de Lisboa no início do século xx (1902, p. 81), passaram três quartos de século antes que o léxico do crioulo guineense fosse editado por outros autores: Pinto Bull, em 1975 e em 1989, Artur Biasutti, em 1982 e em 1987, Jean-Louis Rougé, em 1988, Gertrud Dieterle, em 1999, Teresa Montenegro, em 1995 e em 2002, e Luigi Scantamburlo em 1981 e 2002.

Quase a mesma sorte tocou às obras sobre a Gramática: depois dos estudos de Marcelino Marques de Barros (1897-1899, 1900-1901), somente em 1962 foi publicada a primeira Gramática moderna pela Universidade de Witwatersrand, na África do Sul, escrita pelo linguista inglês W. A. Auquier Wilson, que tinha visitado a então Guiné Portuguesa com o objetivo de estudar algumas daquelas línguas locais (Wilson, 1962).

Depois da Independência, o primeiro linguista a interessar-se pela Gramática foi Chérif Mbodj, em 1979 e em 1985, seguido por Luigi Scantamburlo, em 1981 e em 1999, Mario Baruffaldi, em 1984, Louis Doneux e Jean-Louis Rougé, em 1985 e em 1989; Stephen Madry Peck, Jr., em 1988, Emílio Giusti, em 1992, Alain Khim, em 1980 e 1994, Jorge Soares (1994a, 1994b) e Hildo Honório do Couto, em 1994. Em 2008, Incanha Intumbo publicou a sua tese de mestrado na Universidade de Coimbra, *Estudo Comparativo da Morfo-sintaxe do Crioulo Guineense, do Balanta e do Português*, um estudo interessante que apresenta alguns aspectos gramaticais da língua balanta que estão presentes como língua de substrato no crioulo guineense (Intumbo, 2008).

A África e a alfabetização

A África antiga desenvolveu sistemas de escrita próprios. O estudioso Simon Battestini afirma que a imagem analfabeta do continente africano não reflete a realidade. De facto ele conseguiu inventariar cerca de quarenta sistemas de escrita entre os povos ao sul do Saara:

Excluindo a escrita árabe utilizada desde o século VII, o latim [...], as escritas egípcias antigas [...], porque produto da África apelidada branca, há ainda as seguintes escritas: a mum, a vai, as mende, a nsibidi, a somali, a mérina e a antaimoro, a zulu, a n’ko, a djuka, a bété, a bamaná, a ron, a toma, as fula, a bassa, a obéri okaimé, as yoruba e sobretudo aquela de oshitolu, as escritas secretas dos novos movimentos religiosos como o Kibanguismo e os numerosos sistemas de comunicação e de conservação da língua e do pensamento (1988, p. 151).

Durante o período colonial foi introduzida a escrita alfabética das línguas europeias e, hoje, muitas das línguas africanas são escritas utilizando o alfabeto latino. Simon Battestini é crítico desta situação porque de facto são ignorados outros sistemas de escrita:

Hoje, elites ocidentalizadas africanas são a favor da alegada “perfeição” do alfabeto latino, e não lhes importam nada os sistemas locais de comunicação no tempo e no espaço, e a conservação das mensagens e dos textos que foram usados ou que são ainda usados no continente africano (1988, pp. 149-150).

Sou da opinião de que escolher a escrita alfabética nem sempre tem sido menosprezo dos outros sistemas de escrita, mas, muitas vezes, tem sido uma escolha prática em frente de um produto, como a grafia latina, que permite representar todos os sons da linguagem por meio de um conjunto reduzido de letras. Apesar dos objetivos nem sempre humanitários prosseguidos pela política colonial, é tempo de reconhecer que a escrita introduzida através das línguas europeias teve um impacto positivo porque ajudou os povos africanos a entrarem no espaço da modernidade. Como exemplo da introdução do alfabeto latino seria interessante fazer uma comparação entre dois povos asiáticos vizinhos, os Cambojanos, cuja língua recusou o alfabeto latino, e os Vietnamitas, que, ao contrário, aceitaram este alfabeto latino, preparado pelo jesuíta Alexandre de Rhodes (1651) e introduzido pela administração francesa em 1910.

O que a África precisa, hoje, é de adotar uma postura mais nacionalista, para recuperar parte do seu passado e sobretudo conservar e desenvolver, através da escrita, as línguas nacionais ainda vivas, que são o arquivo mais fiel e precioso da cultura de uma comunidade, com todos os seus saberes endógenos e sistemas de pensamento.

A grafia adotada

Diz-se que a escrita marca a passagem da pré-história à história da humanidade. A escrita surgiu em várias partes do mundo, sob diferentes tipos e que parecem ter evoluído, pelo menos no início, de forma autónoma. A maioria dos estudiosos afirma que os primeiros sistemas de escrita foram criados no Antigo Egito, por meio dos hieróglifos, e na Mesopotâmia, por meio da escrita cuneiforme. A escrita cuneiforme foi criada pelos Sumérios na segunda metade do quarto milénio a.C. (Glasnner, 2002, p. 24) e os hieróglifos cerca do ano 3.400 a.C. (Aufrère, 2002, p. 42): são sistemas de escrita ideográfica, quer dizer, o signo ou o grafema utilizado representa uma palavra ou um conceito abstrato.

Os estudiosos dizem que a primeira tentativa de escrita foram os pictogramas (do latim *pictu*, que significa ‘pintado’), isto é, os desenhos figurativos ou as ilustrações descobertas nas paredes das cavernas habitadas pelos antigos humanos, que representam um objeto ou até conceitos: uma semelhança com os pictogramas pode ser encontrada na sinalização do nosso Código da Estrada. De seguida foram criados os ideogramas (do grego *ideo*, que significa ‘ideia’, e *gramma*, que significa ‘letra’: exemplos deste tipo de escrita são os hieróglifos do Antigo Egipto e as escritas dos Sumérios, dos habitantes da ilha de Creta e dos Maias).

A família das línguas semíticas criou um sistema de escrita consonantário, os *abjad*, no qual os signos das letras representam somente as consoantes e as vogais são redundantes, isto é, não são escritas, apesar de acompanharem as consoantes durante a leitura. É uma grafia com estrutura morfémica: os exemplos são as línguas aramaica, siríaca, ugarítica, árabe e sobretudo a língua hebraica da Bíblia do Antigo Testamento.

A escrita alfabetica, cujo signo ou grafema tenta reproduzir sons em vez de coisas ou ideias, foi criada pelos Fenícios na metade do segundo milénio a.C., como consta nos arquivos arqueológicos até agora descobertos. Os Fenícios eram um povo de marinheiros e de comerciantes que se tinham espalhado por todos os países do Mediterrâneo, inclusive na Península Ibérica. O alfabeto surgiu na cidade de Biblos, a capital da Fenícia, como meio de facilitar o comércio: no início era formado por 22 signos gráficos, os *abjads*, um sistema de escrita alfabetico que possui apenas caracteres de sons consonantais.

No século v a.C. os Gregos da cidade de Atenas adotaram este alfabeto dos Fenícios, incluindo a escrita das vogais: tiraram alguns grafemas que representavam sons guturais, não presentes na língua grega, e incluíram outras letras da própria língua que representavam os sons aspirados. Em seguida os Latinos, talvez por meio dos Etruscos, adotaram o alfabeto grego e desenvolveram um alfabeto com 21 letras, acrescentando duas letras gregas (Y e Z).

A discussão infinita sobre o uso da letra “k” ou da letra “c”

O alfabeto da língua portuguesa, antes do recente acordo ortográfico, não tinha a letra [k], sendo o fonema /k/ (occlusiva velar surda) escrito sempre com a letra [c]. Muitos escritores do crioulo guineense, especialmente os de origem lusófona, mas também numerosos italianos, têm defendido o uso da letra [c], para facilitar, dizem, a leitura. Eu também, na minha primeira *Gramática e Dicionário da Língua Criol da Guiné-Bissau*, fui aconselhado e aceitei representar o fonema /k/ com a letra [c]: o fonema /k/ foi escrito com a letra [c] quando a língua portuguesa utilizava a letra [c] e com a letra [k] quando a palavra portuguesa utilizava a letra [qu] (Scantamburlo, 1981, p. 29).

Naquela altura fiz esta escolha de natureza prática, porque, como escreve o linguista Kenneth Pike,

Uma ortografia chama-se prática quando for aceite pelo povo que fala aquela língua. Para poder aprender a ler e a escrever com mais facilidade, o povo deve ter o desejo de aprender a ler e a escrever. O desejo é uma grande ajuda para facilitar o estudo (1947, p. 211).

Em 1981 o Ministério da Educação Nacional organizou a “1ª Palestra sobre o crioulo e a alfabetização na Guiné-Bissau”: a linguista Rosine Santos apresentou o “Projecto de ortografia e de separação das palavras em crioulo”, no qual a escrita se afastava do alfabeto da língua portuguesa, apesar de ser a mais apoiada pelos escritores de crioulo, apresentando, entre outras, as seguintes razões:

Limpidez das escritas fonológicas, portanto, facilidade na alfabetização ou no ensino;

Conformidade com o que é actualmente praticado em toda a África para a escrita das línguas africanas;

Possibilidade de escrever as línguas nacionais da Guiné-Bissau com os novos caracteres (Santos, 1981, p. 6).

Passados alguns anos depois desta palestra, em 1987, o Ministério da Educação, Cultura e Desporto publicou, *ad experimentum*, as “Propostas da uniformização da escrita em crioulo”, optando pela escrita do fonema /k/ com a letra [k], com a regra seguinte que, traduzida em português, afirma que “As palavras que eram escritas com as letras “c, cu, ca, co”, agora escrevem-se com a letra “k”, como: “ka, ko, ku”): “Palabras ku kustumta skirbidu ba sin: c, cu, ca, co, gosi i na skirbidu k, suma: ka, ko, ku” (1987, p. 4).

Para mim o uso da letra [k] foi de grande ajuda para utilizar a grafia do crioulo guineense na preparação de uma grafia da língua bijagó, da qual estava a finalizar a escrita de uma gramática e de um dicionário. Esta grafia apresentada pelo Ministério de Educação, Cultura e Desporto respeitava a autonomia do crioulo guineense utilizando um alfabeto próprio e de carácter fonológico. Assim foi realçada a autonomia das duas línguas, tendo em consideração as semelhanças com alguns dos grafemas da língua portuguesa. É de lembrar que o alfabeto fonémico do crioulo guineense teve de escolher um só signo gráfico do alfabeto português quer quando uma mesma letra representa fonemas diferentes, como no caso da letra [x], quer quando um mesmo fonema é representado por letras diferentes, como no caso da letra [c]. Muitos grafemas da língua portuguesa dependem da escrita de carácter etimológico em uso nos tempos anteriores, quando o conceito de fonema não estava ainda bem formalizado na teoria corrente, o que se verificou somente nos anos trinta do século passado.

O alfabeto do dicionário bilingue

A grafia adotada para o Projeto das Escolas Bilingues nas Ilhas Bijagós (PAEBB) parte da grafia apresentada pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto em 1987 (“Propostas de uniformização da escrita em crioulo”), acrescentando alguns princípios que são indispensáveis, a meu ver, para uma melhor atenção ao ambiente linguístico da Guiné-Bissau, onde existe o português como língua oficial, o crioulo guineense como língua nacional e onde são faladas outras línguas africanas, algumas já com textos escritos, que precisam também de uma grafia em harmonia com as duas línguas principais.

Como escreve Paul Teyssier,

A ortografia do português mantém muitas imperfeições. Por ex. a letra [j] de ‘hoje’... e a letra [g] de ‘gente’... representam um único fonema, bem como o grupo [ss] de ‘passo’... e a letra [ç] de ‘paço’... Por outro lado, a letra [x] tem pelo menos quatro pronúncias diferentes, ilustradas pelas palavras ‘deixar’ [ch]..., ‘máximo’ [s]..., ‘exército’ [z]... e ‘fixar’ [ks]... (2004, p. 22).

Na escolha de uma grafia com orientação fonémica, considerada mais funcional pelos linguistas modernos, mas que não exclui de maneira sistemática o carácter etimológico de alguns grafemas quando pertinentes, achei necessário adotar as quatro regras “didáticas” seguintes, tendo em consideração o ensino bilingue crioulo guineense-português das escolas do PAEBB.

Primeira regra “Não contradição”

“Cada fonema comum (ou equivalente) à língua portuguesa e à língua do crioulo guineense deve ser representado pelo mesmo signo gráfico” (Scantamburlo, 2013, p. 252). Por exemplo o Alfabeto do Ministério da Educação, Cultura e Desporto adota o signo gráfico [ñ] para o fonema nasal palatal /ɲ/, enquanto o alfabeto português tem o dígrafo [nh]: neste caso foi adotado o dígrafo [nh].

Segunda regra

“Adotar como orientação o sistema fonémico”

O sistema fonémico significa que “cada fonema (ou som) é representado por um único signo gráfico, composto por uma ou duas letras do alfabeto” (Scantamburlo, 2013, p. 252).

Por exemplo para indicar o fonema “africada pré-palatal surda” foi utilizado o dígrafo [tc], substituído ao grafema com três letras [tch], grafema ainda muito popular porque é utilizado no título do jornal *Nô Pintcha*, o trissemanário editado na Guiné-Bissau no primeiro trimestre do 1975 pelo então Subcomissariado de Estado de Informação e Turismo. Conforme as sugestões de vários autores guineenses seria preferível manter o grafema com as três letras [tch], o que foi aceite na grafia aqui apresentada.

Terceira regra “Aceitação de cinco novos fonemas”

O crioulo guineense moderno tem tomado em empréstimo da língua portuguesa novas palavras, que acrescentaram cinco fonemas, representados pelas letras [z], [ch], [j], [x] e [lh], não representados na grafia de 1987: na “Introdução” ao *Dicionário do Guineense* é apresentada a tabela “As duas grafias em confronto” (Scantamburlo, 2002, p. 22). No ano letivo de 2010-2011, os professores do PAEBB substituíram o dígrafo [lh] pelo dígrafo [li].

Quarta regra

“Harmonização das grafias das línguas do País”

As línguas oeste-atlânticas presentes na Guiné-Bissau podem ser escritas adotando uma grafia “não em contradição” com a grafia do crioulo guineense. Por exemplo a *Língua Bijagó da Ilha de Canhabaque (Bko)*, *Apontamentos Gramaticais e Dicionário Bijagó-Português-Guineense & Português-Guineense-Bijagó; Dialectos de Canhabaque (Bko) e de Meneque-Orangozinho-Canogo (Bmoc)* adotou a grafia “não em contradição” com a grafia do crioulo-guineense (Scantamburlo, 2000).

Infelizmente a grafia que tenho adotado não é uma grafia oficial. Antes da impressão do *Dicionário do Guineense*, através da minha amizade com o, na altura, Primeiro-ministro Mário Pires, consegui ser recebido pelo então Presidente da República, Kumba Yala, apresentando a necessidade de se oficializar a grafia do crioulo guineense e implorando os seus bons ofícios no sentido de pedir ao Ministro da Educação Nacional que continuasse o que a precedente Ministra, Odete Semedo, tinha já preparado para uma nova grafia.

Naquela altura o Ministro enviou-me uma carta de resposta afirmando:

a fixação do Alfabeto de uma língua é matéria exclusiva da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Essa fixação é feita sob forma de uma Lei. Em virtude da inexistência dessa lei, cada cidadão é livre de adoptar o alfabeto que achar adequado aos seus propósitos (10 de Setembro de 2002, N/Ref.^a 524, GM/MEN/02).

Como linguista, e não como jurista, acho que a língua é património do povo e não de um indivíduo: por isso a sociedade precisa de uma autoridade competente ou de uma comissão nomeada por um dos ministros ou diretores gerais que estude, fixe, experimente princípios e regras de uma grafia a ser apresentada à Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Apresentando esta grafia, lanço também um apelo aos estudiosos do crioulo guineense para que formem um círculo de leitores e amigos interessados em pressionar os membros da Assembleia Popular, que utilizam o crioulo como língua veicular para melhor se entenderem e discutirem os vários assuntos, a fim de que o crioulo guineense seja dotado de uma grafia adequada e também reconhecido juridicamente como língua oficial a par da língua portuguesa.

Para isso, acho que a República de Cabo Verde deu um exemplo claro: com a Resolução nº 48/2005 de 14 de novembro, o novo Alfabeto do Crioulo Caboverdiano (ALUPEC) foi reconhecido pelo Governo como sistema viável para a escrita daquela língua.

O Artigo 1º afirma:

Estratégia de afirmação e valorização da língua caboverdiana
É aprovada a estratégia de afirmação e valorização da língua caboverdiana, cujas linhas de acção vêm em anexo à presente resolução e dela fazem parte integrante (República de Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nº 46, p. 1243).

No preâmbulo aos artigos desta “Resolução” o Governo lembra o seguinte:

Para garantir o direito à cultura, incumbe especialmente ao Estado: [...] Promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna caboverdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita.

[...] a língua cabo-verdiana é um dos elementos mais importantes da nossa identidade, da nossa diferença e do nosso estar no mundo; o cabo-verdiano é, pois, a língua da nação e da unidade em Cabo Verde; ela é o rosto, o suporte e o principal veículo das nossas tradições, da nossa música, do nosso imaginário e de uma grande parte da nossa cultura; nela e através dela sentimos, sonhamos, vivemos e criamos, da maneira mais específica e peculiar, o nosso mundo, a nossa antropologia vivaencial (República de Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nº 46, p. 1242).

Entre as linhas de ação apresentadas em anexo, o nº 13 afirma:

Havendo, neste momento, um único alfabeto sistematizado para a escrita da língua caboverdiana (o ALUPEC), a sua utilização constituirá uma mais valia no patrocínio às criações artísticas. Porém, quaisquer outros modelos de escrita, desde que apresentados de forma sistematizada, constituem também valências na concretização dos patrocínios (República de Cabo Verde, *Boletim Oficial*, nº 46, p. 1243).

É de lembrar que a importância do crioulo é reconhecida pela “Constituição da República de Cabo Verde”, que no Artigo 9º apresenta estes “três parágrafos” no que diz respeito às “línguas oficiais”:

1. É língua oficial o Português.
2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.
3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las (República de Cabo Verde, 2010, p. 28).

Proposta de grafia para o crioulo guineense

O crioulo guineense apresenta um sistema fonológico composto de 22 consoantes, 2 semivogais (ou “soantes” ou “glides”) e 9 vogais, num total de 33 fonemas. No alfabeto aqui adotado são suficientes 27 grafemas (ou signos gráficos) para representar os 33 fonemas:

Cinco vogais - os dois fonemas das semivogais e os nove fonemas das vogais são escritos com os cinco grafemas [a], [e], [i], [o], [u].

Vinte e duas consoantes - 19 representam fonemas equivalentes ao português e ao crioulo guineense; três são específicas do crioulo guineense, as duas africadas surda e sonora pré-palatais /tʃ/ e /dʒ/ (escritas respectivamente com os grafemas [tch] e [dj]) e a nasal velar /ŋ/ (escrita com o grafema [n’] ou [N]).

Tabela 2 – Quadro dos fonemas e grafia adotada.

	Fonema e exemplo		Grafia Guineense		Equivalente PTG
Consoantes	/p/ /pa'pe/	p	pape	p	pai
	/t/ /'tiu/	t	tiu	t	tio
	/k/ /'kusa/	k	kusa	c	coisa
	/ku/	k	ku	qu	quem
	/b/ /ba'tata/	b	batata	b	batata
	/d/ /'dana/	d	dana	d	danar
	/g/ /'gosta/	g	gosta	g	gostar
	/'gera/	gu	guera	gu	guerra
	/f/ /'fatu/	f	fatu	f	fato
	/s/ /'seku/	s	seku	s	seco
	/'segu/	s	segu	c	cego
	/'kalsa/	s	kalsa	ç	calça
	/'splika/	s	splika	x	explicar
	/ʃ/ /ʃa/	ch	cha	ch	chá
	/ʃe'lin/	ch	chelin	x	xelim
	/v/ /'vivi/	v	vivi	v	viver
	/z/ /'zinka/	z	zinka	z	zincar
	/'kaza/	z	kaza	s	casar
	/i'zami/	z	izami	x	exame
	/ʒ/ /'bežu/	j	beju	j	beijo
	/ʒe'rāl/	j	jeral	g	geral
	/tʃ/ /'tʃuba/	tch	tcuba	--	chuva
	/dʒ/ /'dʒuda/	dj	djuda	--	ajudar
Semivogais	/m/ /ma'me/	m	mame	m	mãe
	/n/ /'nobu/	n	nobu	n	novo
	/ɲ/ /ɲa/	nh	nha	nh	minha
	/ŋ/ /ŋ'bai/	N/n'	N bai/ n' bai	--	eu vou
				--	
		n'	n'oroto		foice
	/l/ /'libru/	l	libru	l	livro
	/ʎ/ /'Vanȝeliu/	li	Vanjeliu	lh	Evangelho
	/r/ /'rema/	r	rema	r	remar
	/x/ /'fixa/	x	fixa	x	fixar
			[fiksa]		
Vogais	/w/ /w'aga/	u	uaga	--	semear
	/y/ /y'agu/	i	iagu	--	água
	/y'ɔga/	i	ioga	y	yoga
Vogais	/i/ /'misa/	i	Misa	i	Missa
	/ɪ/ /mri'sa/	i	misa	--	mijar
	/u/ /la'gua/	u	lagua	u	lagoa
	/e/ /'sera/	e	sera	e	cera
	/ɛ/ /'séra/	e	sera	e	serrar
	/a/ /'kala/	a	kala	--	trança
	/ɑ/ /'kala/	a	kala	a	calar
	/o/ /'bota/	o	bota	o	botar
	/ɔ/ /'bɔta/	o	bota	o	bota

Tabela 3 – Sinopse dos fonemas e grafemas (entre parênteses os grafemas com grafia diferente dos fonemas).

Modo de articulação	bilabial	labio-dental	dental	alveolar	pré-palatal	palatal	velar
occlusiva	p		t				k
sorda sonora	b		d				g (gu)
fricativa		f		s	f (ch)		x
sorda sonora		v		z	ʒ (j)		
africada					ʃ (tch)		
sorda sonora					dʒ (dj)		
nasal	m			n		n (nh)	ŋ (n'/N)
líquida				l		ʎ (li)	
lateral				r			
não-vibrante							
Semi-vogais	w (u)					y (i)	
Vogais		anterior-palatal		média-central		posterior-velar	
alta	i			ɪ (i)		u	
média	e			ə (a)		o	
baixa	ɛ (e)			a		ɔ (o)	

Observações sobre as regras ortográficas

A grafia adotada considera a língua portuguesa e a língua crioula guineense como um conjunto: os fonemas (ou sons) equivalentes utilizam um signo gráfico comum e os outros específicos de cada língua utilizam signos diferentes e "não em contradição".

A grafia oficial do guineense proposta em 1987 foi um grande passo em frente, que tem ajudado sobretudo a edição de livros em crioulo guineense.

Porém esta grafia, apesar de não ser atualizada conforme o novo sistema fonológico (os novos cinco fonemas, já mencionados em ‘Terceira regra: Aceitação de cinco novos fonemas’), apresenta algumas ambiguidades com a grafia da língua portuguesa.

Foram adotados uns grafemas do alfabeto que estão em contradição com o sistema ortográfico do português, até agora a única língua oficial aceite em documentos oficiais. Consequentemente, os alunos são obrigados a mudar de registo ortográfico, passando de uma língua para a outra.

Por exemplo, as letras [j] e [c] indicam, no sistema do crioulo guineense, as consoantes africadas pré-palatais /dʒ/ e /ʃ/, enquanto na língua portuguesa indicam, respetivamente, a fricativa pré-palatal sonora /ʒ/ e a fricativa surda alveolar /s/ ou a oclusiva velar /k/. Quando as duas línguas são utilizadas, em situação de bilinguismo, como é o caso do Projeto de Ensino Bilingue, é mais didático preparar os sistemas gráficos das duas línguas como um conjunto: cada fonema comum às duas línguas deve ser escrito com o mesmo grafema, evitando assim aos leitores o inconveniente de serem obrigados a mudar continuamente de registo.

Tabela 4– Duas grafias: Direcção Geral (1987) e Scantamburlo (1999). Nb: a escrita "em cursivo" designa uma diferença entre as duas grafias.

Grafia 1987	Exemplo 1987	Grafia 1999	Grafia Português	Exemplo 1999
a	kaba	a	A	kaba
b	kabelu, baka	b	B	kabelu, baka
c	<i>oca, cuba</i>	<i>tc</i>	--	<i>otca, tcuba</i>
d	sedu, dedu	d	D	sedu, dedu
e	kebur, pe	e	E	kebur, pe
f	fika	f	F	fika
g	ngana <i>gera</i>	g <i>gu</i>	G GU	ngana <i>guera</i>
i	rindi	i	I	rindi
j	<i>junda, junbai</i>	<i>dj</i>	--	<i>djunda, djumbai</i>
k	kasa, konta	k	C, QU	kasa, konta
l	luna	l	L	luna
m	kume, kama	m	M	kume, kama
n	noba	n	N	noba
ñ	<i>bulaña</i>	<i>nh</i>	NH	<i>bulanha</i>
n	<i>N</i> <i>noroto</i>	<i>n'</i> <i>n'</i>	-- --	<i>n' bai</i> <i>n'oroto</i>
o	omi	o	O	omi
p	puti	p	P	puti
r	roda	r	R	roda
s	seku, siti	s	S, C, Ç, X	seku, siti
t	tabanka	t	T	tabanka
u	purtu	u	U	purtu
v	vinti	v	V	vinti
w	<i>waga</i>	<i>u</i>	--	<i>uaga</i>
y	<i>yagu</i>	<i>i</i>	--	<i>iagu, ianda</i>
		<i>ch</i>	CH, X	<i>chelin</i>
		<i>z</i>	Z, X	<i>zinka</i>
		<i>j</i>	J, G	<i>beju, jeral</i>
		<i>Lh(Li)</i>	LH	<i>Vanjelhu (Vanjeliu)</i>
		<i>x</i>	X	<i>fixa</i>

Algumas regras ortográficas específicas

Acento

Conforme a regra nº 18 proposta pela Direção da Cultura, julgo também conveniente não utilizar o acento na atual grafia do crioulo guineense: o contexto da frase e a categoria gramatical da palavra serão suficientes para ajudar o leitor nos casos de homonímia, como nas palavras [pa], prep., (PARA), e ['pa], n., (PÁ).

Consoantes duplas

Conforme a regra nº 13 proposta pela Direção da Cultura, foi também adotada a regra de ignorar os casos de pronúncia de consoantes duplas.

Pronome pessoal complemento direto

Conforme a regra nº 5 proposta pela Direção da Cultura, as formas da 1^a, 2^a, 3^a singular e 1^a plural do pronome pessoal complemento direto são escritas como suffixos e formam uma única palavra com o verbo:

I diskisin;
I diskisiu;
I diskisil;
I diskisinu.

Morfemas ta, na, ka

Conforme as regras nº 7 e nº 12 propostas pela Direção da Cultura, os morfemas *ta*, *na*, *ka* são escritos como palavras autónomas:

N' ta kanta, bu ka ta kanta;
N' na kanta, bu ka na kanta.

Vogais e Semivogais

Os cinco signos gráficos (“a”, “e”, “i”, “o”, “u”) são suficientes para representar os nove fonemas das vogais e os dois das semivogais [w, y].

Nasal velar /ŋ/

Conforme a regra nº 3 proposta pela Direção da Cultura, o fonema /ŋ/, consoante silábica e lexema que marca o pronome pessoal primeira singular, tem sido escrito com a letra [N] maiúscula; nos outros casos de consoante simples diante duma vogal /ŋV/, tem sido escrito com o trema [~] sobre o [n].

Considero que é mais conveniente uniformizar a escrita adotando o signo [N]

quando é pronome pessoal primeira singular e o signo n' (n + apóstrofo) nas palavras com a sequência [nV].

Em todos os outros casos, o fonema /n/ é escrito com a letra [n] (ou a letra [m] diante das oclusivas bilabiais [p], [b]), isso porque as consoantes nasais do guineense são homorgânicas, quer dizer elas realizam-se com o mesmo ponto de articulação da consoante sucessiva.

A nasal final é sempre escrita com a letra [n].

Morfema -ba

O morfema -ba que indica o tempo passado é escrito como sufixo e forma uma única palavra com o verbo ou o adjetivo: isso para evitar a confusão com a forma "ba" do verbo "bai", como nos dois exemplos:

verbo *ba*: *bu kunsa ba ta sumia*;

morfema -*ba*: *bu kunsaba sumia*.

Exemplo de escrita em crioulo guineense e em português

Baga baga ka ta kata iagu, ma i ta masa lama. (As térmites não vão buscar água, mas amassam lama);

Bagitch ta nansi ku si fortuda. (A hortaliça nasce com a sua acidez);

Baka ku ka tene rabu Deus ku ta banal. (Deus afasta as moscas da vaca que não tem rabo);

Iagu salgadu bonitu, ma i kansadu bibi. (A água do mar é bonita à vista mas desagradável ao paladar);

Deus fala: "Pui mon, n' djudau". (Deus disse: Mete a tua mão, eu ajudar-te-ei);

Dun di boka i ka ta pirdi ku kaminhu. (Quem é senhor da sua boca não perde o caminho: em Portugal se diz “Quem tem boca vai a Roma”);

Galinha kargadu ka sibi si kaminhu i lundju. (A galinha transportada não conhece o comprimento do caminho);

Garandis fala kuma: djoia ku bu kudji na kau di badju, na kau di badju ki ta bin pirdi. (A joia que achaste no baile, no baile a vais perder, dizem os velhos);

Kin ki misti pis, i ta ba modja rabada na iagu. (Quem quer peixe, molha o rabo).

Referências bibliográficas

Aufrère, S. (2002, junho). Égypte. Une langue et une écriture aux mille visages. *Science & Vie, hors série*, 219, pp. 40-53.

- Barros, M. M. (1897-1899). O guinéense. Capítulo II. Apontoados grammaticaes. *Revista Lusitana*, V, pp. 271-300.
- Barros, M. M. (1900-1901). O guinéense. Capítulo II (continuação). Themas de sintaxe. *Revista Lusitana*, VI, pp. 300-317.
- Barros, M. M. (1902). O guinéense. Capítulo III. Vocabulário português guinéense. *Revista Lusitana*, VII, pp. 81-96; 166-188; 268-282.
- Baruffaldi, M. (1984). *Esboço de gramática para uma ligação cultural*. Mansoa, Guiné-Bissau: Missão Católica (mimeografado).
- Battestini, S. (1988). Écritures africaines: Inventaire et problématique. Em: N. Catach. (dir.), *Pour une théorie de la langue écrite* (pp. 149-155). Paris: CNRS.
- Bernardelli, A., & Pellerey, R. (2002). *Il parlato e lo scritto*. Milano: Bompiani.
- Biasutti, A. (1982). *Vokabulari kriol-portugîs* (Esboço, Proposta de Vocabulário). Bubaque: Missão Católica.
- Biasutti, A. (1987). *Vokabulari kriol-portugîs*. Bubaque: Missão Católica.
- Boisselet, P. (2010, 3 de fevereiro). En V.O. c'est mieux. *Jeune Afrique*, 2660. Disponível em: <http://www.jeuneafrique.com/198591/societe/en-v-o-c-est-mieux>
- Bull, B. P. (1975). *Le créole de la Guinée-Bissau. Structures grammaticales, philosophie et sagesse à travers ses surnoms, ses proverbes et ses expressions*. Dakar: Imprimerie Saint-Paul.
- Bull, B. P. (1989). *O crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e sabedoria*. Lisboa & Bissau: ICALP & INEP.
- Couto, H. H. (1994). *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag.
- Diallo, I. (2007). *Guiné-Bissau: Que papel e que lugar nas políticas nacionais de desenvolvimento e estratégias de integração subregional?* Bissau: INEP (mimeografado).
- Dieterle, G. (1999). *Disionariu kriol-englis / Creole-english dictionary of Guinea-Bissau*. Bissau: Evangelical Church & WEC Mission of Guinea Bissau.
- Doneux, J. L., & Rougé, J-L. (1985). *Aprendendo o crioulo em Bissau e Ziguinchor*. Bissau (mimeografado).
- Doneux, J. L., & Rougé, J-L. (1989). *En apprenant le créole à Bissau e a Ziguinchor*. Paris: L'Harmattan.
- Freire, P. (1978). *Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo*. (2^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Giusti, E. M. (1992). *Les créoles de Guinée Portugaise: Genèse et évolution*. Lyon: Université Lumière 2.

- Glassner, J.-J. (2002, junho). Sumer. Voici 5400 ans, l'écriture est inventée. *Science & Vie, hors série*, 219, pp. 22-38.
- Goody, J., & Watt, I. P. (1963). The consequences of literacy. *Comparative Studies in Society and History*, 5(3), 304-305.
- Goody, J. (1994). *Entre l'oralité et l'écriture*. Paris: PUF.
- Hazaël-Massieux, M. C. (1994, junho). Écrire créole aux Antilles. Entretien. *Le Français aujourd'hui*, 106, pp. 9-19. Paris: Association des Enseignants de Français.
- Intumbo, I. (2008). *Estudo comparativo da morfo-sintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português*. Munchen: Lincom Europa.
- Khim, A. (1980). *Aspects d'une syntaxe historique: Étude sur le créole portugais de Guinée-Bissau*. Tese de doutoramento, Université de Paris III, Sorbonne Nouvelle.
- Khim, A. (1994). *Kriyol syntax: The Portuguese-based creole language of Guinea-Bissau*. Amesterdão: John Benjamins.
- Lopes, C. (1988). *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Bissau: INEP.
- Mbodj, C. (1979). *Phonologie du créole de Guinée-Bissau*. Dacar: Centre de Linguistique Appliquée.
- Mbodj, C. (1985). *Grammaire élémentaire du créole de Guinée-Bissau*. Bissau: DEA (mimeografado).
- Ministério da Educação, Cultura e Desporto. (1987). *Proposta de uniformização da escrita do crioulo*. Bissau: Direcção Geral da Cultura (mimeografado).
- Ministério da Educação Nacional. (1998). *Alfabetização e educação dos adultos na Guiné-Bissau* (D.S.A.E.A.). Bissau: MEM (mimeografado).
- Montenegro, T., & Morais, C. (1995). Glossário. Em: T. Montenegro & C. Morais (Org.). *Uori, stórias de lama e philosophia* (pp. 203-249). Bissau: Ku Si Mon.
- Montenegro, T. (2002). *Kriol ten: Termos e expressões*. Bissau: Ku Si Mon.
- Peck, S. M. (1988). *Tense, aspect and mood in Guinea-Casamance Portuguese creole*. Tese de doutoramento, University of California, Los Angeles, USA.
- Pike, K. L. (1947). *Phonemics. A technique for reducing language to writing*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- República de Cabo Verde. (2005). Resolução nº 48/2005 de 14 de novembro. Cabo Verde. *Boletim Oficial*, 46, 1242-1243.
- República de Cabo Verde. (2010). Constituição da República de Cabo Verde. *Boletim Oficial*, Suplemento 1ª Série, nº 17 de 3 de maio de 2010 (retificado pelo B.O. nº 28 de 26 de julho de 2010, 1ª Série).

- Rhodes, A. (1651). *Dictionarium annamiticum lusitanum et latinum*. Roma: Sacrae Congregationis de Propaganda Fide.
- Rougé, J-L. (1988). *Petit dictionnaire étymologique du kriol de Guinée-Bissau et Casamance*. Bissau: INEP.
- Santos, R. (1981). A escrita do crioulo: Como fazê-lo e para quê. *1ª Palestra sobre o Crioulo e a Alfabetização na Guiné-Bissau* (pp. 1-12). Bissau: Ministério de Educação Nacional (mimeografado).
- Scantamburlo, L. (1981). *Gramática e dicionário da língua criol da Guiné-Bissau* (GCr). Bologna: E.M.I.
- Scantamburlo, L. (1999). *Dicionário do Guineense. Introdução e notas gramaticais*. (Vol. 1). Lisboa: Colibri e Faspebi.
- Scantamburlo, L. (2000). *Língua Bijagó da Ilha de Canhabaque (Bko), Apontamentos gramaticais e dicionário bijagó-português-guineense & português-guineense-bijagó; Dialectos de Canhabaque (Bko) e de Meneque-Orangozinho-Canogo (Bmoc)*. Bubaque: Faspebi (mimeografado).
- Scantamburlo, L. (2002). *Dicionário do guineense. Dicionário guineense-português, disionariu guinensi-purtuguis*. (Vol. 2). Bissau-Bubaque: Faspebi.
- Scantamburlo, L. (2013). *O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: O ensino bilingue português-crioulo guineense*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal (mimeografado).
- Selig, M. (1993). Le passage à l'écrit des langues romanes. État de la question. Em: M. Selig, B. Frank, & J. Hartmann (dir.), *Le passage à l'écrit des langues romanes* (pp. 10-29). Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Soares, J. (1994a). *Esboço de gramática de apoio ao curso de creolo*. Bissau (mimeografado).
- Soares, J. (1994b). *Pequeno curso de creolo*. Bissau (mimeografado).
- Teyssier, P. (2004). *Comprendre les langues romaines. Du français à l'espagnol, au portugais, à l'italien & au roumain. Méthode d'intercompréhension*. Paris: Éditions Chandeigne.
- Wilson, W. A. A. (1962). *The crioulo of Guiné*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press.